

# **A CONCESSÃO – OU NÃO – DE EXTRADIÇÃO PELO BRASIL E O CASO RANA ABDEL RAHIN KOLEILAT**

**Orientanda e autora: Anelize Fayad**  
**Orientador: Alexandre Coutinho Pagliarini**  
DIREITO OPET  
Turma C 5º período  
junho /2010

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo vem demonstrar como se dá uma das formas de saída compulsória do estrangeiro do território nacional: a extradição.

Informa quais as condições para que exista a extradição, esclarece seu conceito e sua fundamentação e como ela pode ser concedida. Também traz as condições e dispositivos legais em que não se pode admiti-la. Diante desta temática, chegaremos ao estudo de um caso real de não concessão de extradição, qual seja: o de Rana Abdel Rahin Koleilat ( S.T.F., Extradição nº 1.047-6 República do Líbano).

## **CAPÍTULO 1 – BREVES LINHAS SOBRE A EXTRADIÇÃO**

### **A) DA CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO**

Antes de conceituarmos o ato de extradição, preferimos comentar ligeiramente sobre a condição jurídica do estrangeiro a partir da normativa brasileira. Atente-se para a distinção entre nacionais e estrangeiros, ao estabelecer quem são os nacionais (artigo 12 da Constituição brasileira de 1988), o saldo restante será composto pelos estrangeiros que se encontram em solo nacional, temporária ou permanentemente, valendo tal raciocínio para indivíduos de outras nacionalidades e também para aqueles sem nacionalidade, os apátridas.

Para o conhecimento da condição jurídica do estrangeiro, há dois entendimentos que o exegeta deve levar em consideração: (i) as normas nacionais e internacionais de Direitos Humanos; e também (ii) a conservação e a segurança do Estado.

(i) Os Direitos Humanos relacionam-se à democracia e ao Estado de Direito e o direito subjetivo à democracia do ser humano, que por sua vez, baseia-se nos direitos humanos (4ª geração). Através desta afirmação, relacionamos que garantias processuais, liberdade de associação, de

expressão (elementos do Estado de Direito e caracterizadores da participação democrática), encontram respaldo não só nos direitos humanos nacionais, mas também nos Direitos Humanos Internacionais<sup>1</sup>.

(ii) Segundo a lei (nº6815/80), que regulamenta a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, em seu art. 2º, a sua aplicação deve atender principalmente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil como também à defesa do trabalhador nacional.

Normalmente, o estrangeiro, no Estado que o recebe, usufrui dos mesmos direitos reconhecidos aos nacionais, assim como está submetido às mesmas obrigações, salvo as exceções feitas pela Constituição e pelas leis locais.

### **B) CONCEITO E FUNDAMENTO JURÍDICO DA EXTRADIÇÃO**

Extradição é a entrega por um Estado a outro, por pedido deste, de pessoa que em seu território deva responder a processo penal ou deva cumprir pena. Há o envolvimento judiciário de ambos os lados. O crime deve ser grave e há a necessidade de existir o processo penal. Faz-se mister a certificação de que os Direitos Fundamentais do extraditando estarão garantidos. A extradição procura garantir um julgamento justo ao indivíduo, seguindo o art. XI da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.”

Para o Brasil, um pedido de extradição pode ser julgado de dois modos: (i) ou segundo as normas constantes em tratado bilateral ratificado e válido para o Brasil e o país requerente (por exemplo, Brasil e Itália); (ii) ou segundo a Lei 6815/80 – caso o Brasil não tenha com o Estado requerente um tratado internacional bilateral de extradição. Em qualquer caso (i ou ii), a Lei 6815/80 servirá ou como norma principal (caso ii) ou como norma complementar (caso i).

Digno de ser dito ainda que a extradição – segundo a prática brasileira – só é concedida na hipótese de crimes que contenham certo grau de gravidade – não se pode falar em extradição na eventualidade de simples contravenções. Alguns tratados convencionam que a extradição só será concedida se o crime em questão tiver pena maior a um ou a dois anos de prisão. Reitere-se que os tratados em tela são em geral, bilaterais e específicos. Atualmente o Congresso Nacional examina tratados em negociação com Angola, Líbano, Panamá, entre outros. Se não houver tratado estabelecido, o Estado examinará o pedido de extradição nos pressupostos de sua lei doméstica, recorrendo ao Judiciário local para avaliar a legalidade e a procedência do pedido. No caso brasileiro, como já dito acima, na inexistência do tratado bilateral, então aplicará o Supremo Tribunal Federal (Compete ao

---

<sup>1</sup> Constituição Brasileira de 1988, art.4º, caput, II, VII.

Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente a extradição solicitada por Estado estrangeiro)<sup>2</sup>, a Lei 6815/80. Havendo tratado, deve o mesmo conter a promessa de reciprocidade.

Há a perspectiva de uma recusa sumária à demanda extradicional, pelo governo brasileiro. Contudo há de prevalecer a concordância, no caso da existência de pacto neste sentido, por tratar-se este de um compromisso a ser honrado pelo governo brasileiro – sob pena de responsabilizar-se internacionalmente. Ou seja, simplificando: (i) se o Brasil não tiver tratado de extradição com o país requerente, então nada o obriga a concedê-la; (ii) caso haja tratado, então a causa deve ser remetida pelo Governo Federal ao Supremo Tribunal Federal.

Ao receber o pedido de extradição que lhe foi remetido pelo Presidente da República por intermédio do Ministério da Justiça, o Presidente do Supremo Tribunal Federal o faz autuar e distribuir, ato após o qual obriga ao Ministro relator a determinação da prisão do extraditando. Ao final, se o pedido da extradição for julgado procedente o tribunal defere a extradição. Inicia-se um processo em que o Estado requerente não é parte e que o Ministério Público atua fiscalizando a lei em sentido estrito. O Estado requerente se sujeita aos efeitos análogos aos da sucumbência quando indeferido o pedido.

### **C) PRESSUPOSTOS PARA CONCESSÃO DA EXTRADIÇÃO**

Os pressupostos da lei brasileira coincidem com os das majorias das leis internas de outros países, bem como, em termos genéricos, com os textos convencionais contemporâneos. Um deles refere-se à condição pessoal do extraditando. Outro pressuposto se refere ao *fato* que lhe é atribuído – o fato considerado como de certa gravidade, sujeito à jurisdição requerente e estranho à brasileira. Para o Brasil, deve considerar o Supremo Tribunal, no julgamento, que o fato imputado não deve apresentar sua punibilidade extinta pelo decurso do tempo. Por fim, um terceiro pressuposto que se pode elencar é atinente ao *processo* penal que contra o extraditando tem ou teve o Estado requerente (aqui no Brasil é exigida uma *sentença*<sup>3</sup> final de privação de liberdade).

As extradições deferidas pelo Brasil obedecem ao modelo *instrutório*<sup>4</sup> (*o processo penal se encontra em fase de instrução*) quando a lei exige estar, a prisão do extraditando autorizada, por juiz, tribunal ou autoridade competente do Estado requerente. O Supremo Tribunal Federal entende que tal ordem se embasa em fatos do gênero daqueles que no sistema processual pátrio, motivariam o decreto de prisão preventiva. A lógica induz à conclusão de que não teria ocorrido demanda extradicional se não fosse a fuga do imputado ao foro processante, motivo suficiente para a determinação da captura e custódia.

---

<sup>2</sup> Constituição Brasileira de 1988, art. 102, caput, I, g.

<sup>3</sup> Sentença final não se entende como sentença transitada em julgado. Constituição Brasileira de 1988, art5º, LIV.

<sup>4</sup> Em Portugal, as extradições requeridas ao Brasil, são fundadas em processo penal findo, por isso encontram-se no modelo executório.

O Brasil só extradita estrangeiro; todavia com a Constituição de 1988, há a autorização de extraditar brasileiro **naturalizado** por crime anterior à naturalização ou por tráfico de drogas (independentemente da época da naturalização) – “*nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas a fins, na forma da lei.*”<sup>5</sup> Atualmente os países membros da União Europeia, adotam o sistema sumário, chamado *surrender* (em inglês) que pode ser traduzido por *entrega*<sup>6</sup> ou *rendição* em versão mais adaptável ao nosso idioma. É um processo que embora diminua a burocracia, pode deixar de proteger os direitos individuais do extraditando.

Quando deferida a extradição, o Brasil deverá efetivá-la, porém também deve exigir o comprometimento de certas formalidades pelo Estado requerente. Este deve prometer: (i) não punir o extraditando por fatos anteriores ao pedido e dele não constantes – princípio da especialidade da extradição. (ii) o período de prisão no Brasil, cumprido pelo extraditando, deverá ser computado na pena culminada no país de origem, observando-se aqui: a *detração*<sup>7</sup>. (iii) que a eventual pena de morte ou de prisão perpétua, seja convertida em penas privativas de liberdade. (iv) que o extraditando não seja entregue a outro Estado que o reclame sem prévia autorização do Brasil. (v) que a motivação política do crime não seja considerada para agravação da pena.

Formalizado o múltiplo compromisso e na conclusão de algum débito eventual junto a Justiça brasileira (fica a critério do Presidente da República relevar ou não), o governo através do Itamaraty, coloca o extraditando à disposição do Estado requerente que em sessenta dias ( salvo outro prazo disposto em caso de tratado bilateral) deverá, por sua responsabilidade, retirá-lo do território nacional.

## **CAPÍTULO 2 – HIPÓTESES DE NÃO CONCESSÃO DE EXTRADIÇÃO PELO BRASIL**

O art. 77 da Lei nº6814/80 dispõe sobre as situações em que não será concedida a extradição pelo Brasil. Ela será concedida quando (I a VIII):

I - se tratar de brasileiro, salvo se a aquisição dessa nacionalidade verificar-se após o fato que motivar o pedido;

Para melhor compreensão do inciso acima, se faz necessário conhecer e distinguir as formas de naturalização reconhecidas pela nossa Constituição. A naturalização deve ser expressa e depende do requerimento do naturalizando. Subdivide-se em duas classes: (i) ordinária e (ii) extraordinária.

---

<sup>5</sup> Constituição Brasileira de 1988, art5º, LI.

<sup>6</sup> Tal conceito de *entrega*, também é utilizado pelo Estatuto de Roma , adotado em 17 de julho de 1998, em conjunto com a Ata final da conferência e seus anexos, sobre o estabelecimento de Tribunal Penal Internacional.

<sup>7</sup> Art. 42 Código Penal Brasileiro.

(i) A naturalização ordinária é aquela concedida ao estrangeiro, residente no país, que preencha os requisitos previstos na lei de naturalização, exigidas aos originários de países de língua portuguesa (Portugal, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Açores, Cabo Verde, Príncipe, Goa, Gamão, Dio, Macau e Timor), apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.<sup>8</sup>

(ii) A naturalização extraordinária é a reconhecida aos estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil, há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.<sup>9</sup>

II - o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente;

Pode ocorrer com o naturalizando a prática de crime comum cometido antes do pedido da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.<sup>10</sup>

III - o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;

Não se concede extradição sem manifestação prévia do Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade e a procedência do pedido; o extraditando deverá ser preso e colocado à sua disposição.<sup>11</sup>

IV - a lei brasileira impuser ao crime a pena de prisão igual ou inferior a 1 (um) ano;

Seguirá as penas previstas no Código Penal Brasileiro em vigor.

V - o extraditando estiver a responder a processo ou já houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido;

Ninguém poderá ser processado pelo mesmo fato delituoso mais de uma vez sob pena de *bis in idem*. Este princípio é aceito pela legislação penal em um Estado Democrático de Direito.

VI - estiver extinta a punibilidade pela prescrição segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente;

Trata-se do princípio da lei penal no tempo. *Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*<sup>12</sup>

---

<sup>8</sup> Art. 12, II, "a" Constituição Brasileira de 1988 .

<sup>9</sup> Art. 12, II, "b" com redação da Emenda Constitucional de Revisão 3/1994 que reduziu o tempo de 30 para 15 anos.

<sup>10</sup> Art. 5º, LI da Constituição Brasileira de 1988.

<sup>11</sup> Art. 208 do Regimento Interno do STF.

<sup>12</sup> Art. 2º Código Penal brasileiro.

VII - o fato constituir crime político;

O Brasil não atende aos pedidos de extradição referentes a crime político, pois internamente a nossa Constituição não recepciona este tipo de crime, e sim Crimes de Responsabilidade que se distinguem em infrações políticas e crimes funcionais.<sup>13</sup> Visa preservar o direito à vida dentro dos direitos e garantias fundamentais, pois em muitos países a pena para crime político pode ser a pena de morte e o Brasil, independentemente de tratado internacional bilateral com o país solicitante, respeita o art. 4<sup>a</sup>, II de sua Lei Maior.

VIII - o extraditando houver de responder, no Estado requerente, perante Tribunal ou Juízo de exceção.

No Brasil está vedada a existência de Tribunais de exceção respeitando o princípio da igualdade.<sup>14</sup>

§ 1º A exceção do item VII não impedirá a extradição quando o fato constituir, principalmente, infração da lei penal comum, ou quando o crime comum, conexo ao delito político, constituir o fato principal.

§ 2º Caberá, exclusivamente, ao Supremo Tribunal Federal, a apreciação do caráter da infração.

§ 3º O Supremo Tribunal Federal poderá deixar de considerar crimes políticos os atentados contra Chefes de Estado ou quaisquer autoridades, bem assim os atos de anarquismo, terrorismo, sabotagem, seqüestro de pessoa, ou que importem propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social.

Dentre as hipóteses acima enumeradas, a mais controvertida delas é a de crime político. A Constituição Brasileira de 1988 declara terminantemente que “*não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.*”<sup>15</sup> . Há os defensores da não extradição por crimes políticos que alegam ser a criminalidade relativa; em oposição há autores que destacam que o crime político pode ter as mais graves consequências.

Negada a extradição pela Corte Suprema, o extraditando é libertado e o Poder Executivo comunica tal resultado ao Estado requerente.

Incumbe ressaltar que há proteção ao indivíduo contra extradição arbitrária, no direito interno do Estado de refúgio. Isto existe porque em alguns tratados de extradição, não havia a preocupação com os

---

<sup>13</sup> Art. 85 Constituição de 1988, I – VII.

<sup>14</sup> Constituição Brasileira de 1988, art. 5º, XXXVII.

<sup>15</sup> Constituição Brasileira de 1988, art. 5º, LII.

direitos humanos. Ao longo do tempo, com a evolução política, econômica e social, os Estados pactuantes foram obrigados a respeitar as normas de Direitos Humanos Internacionais e isto faz com que a extradição, além do que esteja expresso em um tratado bilateral, seja analisada à margem de toda e qualquer regra de direito, notoriamente a leis internas de extradição do país requerido. Estas leis tendem a conciliar o interesse da justiça penal com certas garantias que não se podem negar à pessoa do fugitivo. A lei extradicionária interna opera em favor do indivíduo como uma garantia de que a extradição só será concedida mediante a reunião dos pressupostos já supracitados, como a preservação dos Direitos Humanos.

Há em nosso sistema legal dois dispositivos protetores que fazem do Estatuto do Estrangeiro uma das leis internas mais objetivas sobre prevenção à extradição dissimulada. São os arts. 63 e 75, I,<sup>16</sup> que proíbem, nessa ordem, a deportação e a expulsão, sempre que semelhantes medidas impliquem extradição não admitida pela lei brasileira.

### **CAPÍTULO 3 – UM CASO ESPECÍFICO DE EXTRADIÇÃO DENEGADA PELO BRASIL**

Chamou a nossa atenção o pedido de extradição feito pelo Governo do Líbano ao Brasil, em que figurou como extraditanda Rana Abdel Rahin Koleilat. O caso nos impulsionou a escrever o presente texto.

#### **A) EXTRADIÇÃO 1.047-6 REPÚBLICA DO LÍBANO**

As partes que mais ilustram a presente monografia são as que seguem abaixo:

“RELATOR:	Ministro Eros Grau
REQUERENTE:	Governo do Líbano
EXTRADITANDO:	Rana Abdel Rahin Koleilat
ADVOGADO (A/S):	José Eduardo Rangel de Alckimin
ADVOGADO (A/S):	Victor Mauad e outro (a/s)

Pedido de extradição do governo do Líbano contra cidadã libanesa, fundado com base em promessa de reciprocidade e em dois compêndios de sentença e diversos mandados de captura pelos crimes de roubo; fraude; improbidade administrativa, contrariando a lei monetária e financeira; falsificação e uso de documentos falsos; desfalque e cheques sem fundos. Em sua defesa, a extraditanda sustenta,

---

<sup>16</sup> Art 63. Não se procederá à deportação se implicar em extradição inadmitida pela lei brasileira. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81). Art. 75. Não se procederá à expulsão: (Renumerado e alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81) I - se implicar extradição inadmitida pela lei brasileira; ou (Incluído incisos, alíneas e §§ pela Lei nº 6.964, de 09/12/81).

em síntese: (a) impossibilidade de cumprimento de reciprocidade pelo Estado requerente, em razão do art. 30 do Código Penal libanês; (b) a insuficiência da documentação juntada ao pedido de extradição; (c) falta de dupla tipicidade de determinadas condutas; (d) impossibilidade de concessão da extradição com finalidade de comparecimento perante o juiz de instrução; (e) não previsão de pena privativa de liberdade em relação a alguns crimes.

Em discussão: saber se o pedido de extradição preenche os pressupostos legais necessários ao seu deferimento.

PGR<sup>17</sup>: parecer pelo não-conhecimento do pedido de extradição em razão *da indefinição quanto à viabilidade do cumprimento de promessa de reciprocidade pelo Estado requerente*". As diligências requeridas pela Procuradoria Geral da República foram deferidas em 10 de abril do ano corrente.

Sendo a extradição instrumento de cooperação internacional no combate ao crime, os países envolvidos devem ser diligentes, no sentido de prevenir o desfecho do respectivo processo. A manutenção da prisão da extraditanda além do estritamente necessário implicou, no caso sob exame, alto custo ao erário público, além de eventuais violações aos direitos humanos.

No acórdão foram relatados e discutidos os autos e o entendimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal, foi a unanimidade de votos em indeferir o pedido extraditacional de acordo com o ministro relator Eros Grau em 10 de outubro de 2007.

## **B) EXPOSIÇÃO DO CASO**

A economista libanesa Rana Abdel Rahim Koleilat foi processada no Líbano pela suposta participação em uma fraude bancária e havia suspeitas de que o dinheiro teria financiado o atentado que matou o ex-primeiro ministro libanês Rafic Hariri em fevereiro de 2005.

Rana foi encontrada em 12 de março de 2006 em um flat na zona norte de São Paulo. Foi presa por crime de corrupção ativa, por policiais civis. A juíza do Departamento de Inquéritos Policiais negou o relaxamento de flagrante e o pedido de liberdade formulado pela defesa da ré, em razão do crime de corrupção. A defesa de Rana afirmou que a prisão correu por um mal entendido entre ela e os policiais civis, já que a sua cliente não fala português. No momento da prisão a libanesa portava um passaporte da Irlanda do Norte nominado à Rana Klailat que, segundo um levantamento junto às autoridades britânicas no Brasil e no Líbano, era falso. Sobre este assunto, o advogado Victor Mauad afirmou que a economista garantiu que o documento é original devido à dupla cidadania libanês-inglesa que ela possui.

---

<sup>17</sup> Procuradoria Geral da República.

Rana foi localizada por meio de informações passadas por uma denúncia anônima que segundo a polícia, falava com forte sotaque estrangeiro. Nas ligações, ele teria dado detalhes sobre o paradeiro da libanesa. Além desta denúncia, a polícia tinha um comunicado da Interpol<sup>18</sup> e outro do consulado do Líbano. Os documentos pediam apenas a localização de Rana, porém a polícia afirmou que a prisão aconteceu pela tentativa de suborno descrita.

O então cônsul geral do Líbano, em São Paulo, Joseph Sayah, disse à polícia brasileira que a economista chegou a ficar presa no Líbano por 14 meses, acusada pelo golpe de desvio de dinheiro no banco Al Madinah em que trabalhava. Foi solta, mas deveria permanecer em seu país de origem. Acredita-se que ela conseguiu fugir do Líbano com a ajuda e através do país vizinho, a Síria. O cônsul Sayah disse ainda existir uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que alertava sobre a importância da prisão de Rana para as investigações sobre o atentado a Rafik Hariri.

### **C) PEDIDO DE EXTRADIÇÃO AO GOVERNO DO BRASIL**

Tão logo o governo libanês solicitou ao governo brasileiro a extradição da libanesa, o caso chegou ao Supremo Tribunal Federal para ser analisado. Enquanto isto, foi decretada a prisão preventiva de Rana. Os dois países não contam com um acordo de extradição. O temor do governo de Beirute é que Rana fosse assassinada antes de prestar depoimento aos investigadores da ONU que estavam no Líbano à espera da suspeita. Rana teria mencionado que temia retornar a Beirute, pois sua segurança não estava garantida.

Rana relatou ter sido alvo de dois atentados contra a sua vida, sendo um no Líbano e o outro na capital egípcia. Além disso, declarou estar recebendo ameaças de morte desde que saiu do Líbano. Os advogados de defesa de Rana afirmam que sendo ela testemunha e não acusada, é um indício para a ONU que ela não teria tido participação no assassinato de Hariri.

### **CONCLUSÕES**

No que consta no caso descrito, não houve a comprovação de que Rana tivesse participação no assassinato de Rafik Hariri ou de sua colaboração na fraude bancária que talvez tenha financiado o atentado ao primeiro ministro. Ela permaneceu livre no Líbano, porém temia a segurança de sua vida naquele país. A ONU a considera como testemunha e por isso a mesma deve viver em segurança.

---

<sup>18</sup> A Organização Internacional de Polícia Criminal, mundialmente conhecida pela sua sigla **Interpol** (*International Criminal Police Organization*), é uma organização internacional que ajuda na cooperação de polícias de diferentes países.

Acertou o Supremo Tribunal Federal ao decidir não extraditá-la. Considerou a inexistência de tratado bilateral entre Brasil e Líbano assim como também respeitou os Direitos Fundamentais da extraditanda, além disso, entendeu a Suprema Corte que o pedido de extradição não podia ser julgado procedente porque o Brasil não extradita por conta do cometimento do chamado “crime político”, tendo acabado por prevalecer as normas internas brasileiras. Não existiu pertinência temática no pedido do governo libanês. Rana pode ser caracterizada como no estado de refugiada. “Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país.” (Lei 9.474/97, art. 3º, I). Ou aquele que, “não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior.” (Lei 9.474/97, art. 3º, II). Ainda aquele que “devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.” (Lei 9.474/97, art. 3º, II).<sup>19</sup>

É preciso garantir a ampla defesa e o contraditório e toda pessoa é constitucionalmente inocente até que se prove o contrário através do devido processo legal em sentença penal condenatória.<sup>20</sup>

Opiniões políticas devem ser toleradas em um Estado Democrático de Direito e para isto, não há a necessidade de perseguição à vida e à liberdade das pessoas que nele vivem.

Não podemos deixar de lembrar que a nossa Constituição oferece o direito de asilo ao estrangeiro, mediante pedido por ele formulado, visando evitar a perseguição por seu país de origem, ou por outro, em virtude de delito de natureza política ou ideológica como forma de proteção jurídica do estrangeiro no Brasil.

*“Todo homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países” (Declaração Universal dos Direitos Humanos).*

---

<sup>19</sup> Lei 9474/22 de julho de 1997 que dispõe mecanismos e disciplina o Estatuto dos Refugiados de 1951 entre outras providências.

<sup>20</sup> Constituição Federal da República do Brasil de 1988, art.5º, incisos LIV, LV e LVII.

## **REFERÊNCIAS**

ACCIOLY, Hildebrando; Silva G.E. do Nascimento e; Casella, Paulo Borba; Manual de Direito Internacional Público; São Paulo: Saraiva 2009.

AMARAL Junior, Alberto; Introdução ao Direito Internacional Público; São Paulo: Atlas 2008.

REZEK, Francisco; Direito Internacional Público: Curso Elementar; São Paulo: Saraiva 2010.

REZEK, Francisco; Direito Internacional Público; São Paulo: Saraiva 2006.

SILVA, José Afonso; Comentário Contextual à Constituição; São Paulo; Malheiros 2008.